

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 526 - Brasília, quinta-feira, 21 de agosto de 1997



No plenário, Sarney adverte que a soberania do Brasil está em jogo

## Sarney cobra reação a ameaça dos EUA

*O que se está fazendo compromete o nosso futuro, adverte o senador e ex-presidente da República, que exige defesa firme do Mercosul*

O governo norte-americano decidiu desestabilizar o Mercosul, escolhendo para isso o caminho mais condenável - "o da quebra do equilíbrio estratégico da região". O alerta foi feito ontem pelo senador José Sarney, ex-presidente da República e do Senado, ao analisar recentes gestos diplomáticos dos Estados Unidos.

Sarney referia-se à tentativa de atrair a Argentina e o Chile para o Nafta (mercado comum da América do Norte) e ao anúncio de que a Argentina será aceita como "sócio militar íntimo" da Otan. "O que se está fazendo compromete o nosso futuro", afirmou Sarney, que recebeu apoio de diversos senadores. **Página 3**



Líderes partidários pediram envio do projeto de Amin à CCJ

## Protesto de títulos terá regra uniforme

O plenário do Senado aprovou ontem projeto estabelecendo que os cartórios de protesto de títulos de todo o país terão de seguir procedimentos idênticos, em especial no que se refere a prazos, comunicação aos protestados e cancelamen-

tos - quando houver pagamento. O plenário também decidiu enviar à CCJ o projeto de Esperidião Amin que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinado a financiar quem queira comprar até um módulo rural. **Página 2**

## Segurança no trabalho

As empresas que constituírem Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) deverão contratar pelo menos um técnico em segurança do trabalho, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **Página 5**

## Projeto garante direito de resposta

A CCJ aprovou ontem projeto de Roberto Requião que garante rito especial ao direito de resposta a ofensas veiculadas nos meios de comunicação. A resposta, na imprensa escrita, terá as mesmas dimensões da matéria que a originou. Se por imagem, terá a mesma duração, acrescida de dois minutos. Se não for divulgada a resposta em sete dias, a partir do protocolo do requerimento, caberá ação judicial. A recusa poderá levar ao fechamento do órgão de comunicação até que resolva divulgar a resposta. O projeto vai agora à Câmara dos Deputados. **Página 4**



Requião (D), ao lado de Bernardo Cabral e Ademir Andrade: projeto aprovado



O plenário do Senado aprovou projeto sobre protesto de títulos e discutiu o Fundo de Terras

*Cartórios terão de seguir procedimentos uniformes quanto a prazos, comunicação aos protestados e cancelamento*

## Aprovada regulamentação do protesto de títulos

Os cartórios de protesto de títulos do país terão de seguir procedimentos idênticos, principalmente quanto a prazos, comunicação aos protestados e cancelamentos quando houver pagamento. As normas constam de projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado e que segue imediatamente à sanção do presidente da República.

- Este projeto funcionará como um verdadeiro código de procedimentos - explicou ao plenário o relator da proposta, senador Esperidião Amin (PPB-SC). Para ele, a nova legislação possibilitará a qualquer pessoa saber como o serviço será realizado, independentemente do estado em que se encontre.

Além de uniformizar as ações

de todos os cartórios de protestos de títulos, letras e documentos do país, o projeto tomará mais ágil o trabalho dos cartórios. De acordo com o texto, todo cartório tem de funcionar no mínimo por seis horas diárias e, nas cidades com mais de um cartório, haverá um serviço de distribuição, que encaminhará o trabalho aos cartórios obedecendo a critérios de quantidade e qualidade.

## Fundo de Terras vai à análise da CCJ

O plenário do Senado decidiu ontem, a requerimento dos líderes partidários, enviar para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinado a financiar quem queira comprar até um módulo rural (o tamanho varia de região para região, mas o menor é de dois hectares e o maior chega a 120 hectares). O senador Esperidião Amin, autor da proposta, e o senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator, protestaram contra o envio da matéria à CCJ.

O debate sobre o projeto começou com as lideranças do PTB e do PFL apresentando requerimento para que a votação da matéria fosse adiada até 1º de outubro. Esperidião Amin estranhou a intenção, lembrando que o governo lançou recentemente, por medida provisória, um Fundo de Terras idêntico ao seu projeto.

Osmar Dias observou que a única diferença entre a proposta do governo e a do Senado, que nasceu bem antes da edição da

medida provisória, é o prazo de pagamento - o governo dá 10 anos e o projeto de Amin estabelece 15 anos.

O senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, ponderou que a Secretaria do Tesouro faz uma ressalva sobre a exequibilidade da proposta. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) viu inconstitucionalidade no projeto, por prever a criação de uma Secretaria Executiva.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu às lideranças que não prezelem a votação de projetos ligados à reforma agrária.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, propôs que o projeto fosse à CCJ por apenas 15 dias para análise dos pontos que seriam inconstitucionais. Os líderes concordaram então com a sugestão e o senador Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo, prometeu que não haverá pedido de vista na comissão e que o projeto retornará ao plenário com rapidez.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Preside reunião da Mesa Diretora  
12h - Recebe o presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo  
15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se discussão em turno único do "PLC nº 8/97, que dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Emendas de plenário oferecidas à PEC nº 33/96, que trata da Previdência Social (leitura do relatório). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 89/96 (não terminativo, tramitando em conjunto com os PLS nºs 236/95 e 84/96), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas"; "PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador"; "PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite"; "PRS nº 33/97 (não terminativo), que cria o Comitê do Senado Federal para as comemorações do 4º centenário da morte do padre José de

Anchieta, Apóstolo do Brasil; e "PLS nº 230/96 (terminativo), que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para emissão de LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do ITR, pago em excesso, com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apreciação de projetos. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1567-6/97, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União  
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Luciano Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

## Simon diz que FHC e Menem devem satisfação ao povo

Após o discurso do senador José Sarney (PMDB-AP), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou da tribuna que, "neste momento, argentinos e brasileiros querem que os presidentes dos dois países se reúnam e deem uma resposta aos



Simon: Fernando Henrique reagiu bem

Estados Unidos, que nunca conseguirão impedir a integração" dos países do Cone Sul.

Os presidentes Fernando Henrique e Carlos Menem têm a obrigação de se entender e dar uma resposta a esse ato deslegante e incompreensível dos norte-americanos - afirmou. Simon lamentou que o momento de união latino-americana venha a ser perturbado "exatamente pelo país que sempre quis tranquilidade e democracia na América Latina. Pois bem; temos agora tranquilidade e democracia".

Pedro Simon afirmou ainda que o presidente Fernando

Henrique Cardoso deu "uma resposta serena" às declarações de Carlos Menem, ao afirmar que o presidente argentino "não foi feliz".

Fernando Henrique Cardoso reagiu com competência, como um estadista - opinou o senador gaúcho. Simon lembrou que o Rio Grande do Sul foi afetado a vida toda pelas rixas entre argentinos e brasileiros, apesar da boa convivência na fronteira. "Houve época em que metade do Exército brasileiro estava no Rio Grande do Sul, perto da fronteira. Existem cidades gaúchas com até quatro quartéis", assinalou.

## Comissão ouvirá técnicos do TCU

A Comissão Especial Temporária sobre o Endividamento dos Estados e Municípios vai ouvir em audiência pública dois técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e um representante do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). O objetivo é colher subsídios com vistas ao exame de projetos de resolução que tratam do assunto.

A decisão foi tomada em reunião presidida ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Requerida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a comissão tem como relator o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). O prazo de funcionamento vai até 29 de outubro.

## Orçamento vota hoje crédito especial

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar, entre outras matérias, o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao projeto de lei autorizando o Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial de R\$ 104,24 bilhões. O governo comprará a dívida dos estados com títulos públicos federais e créditos securitizados. Conforme a medida, o refinanciamento dos passivos estaduais proposto não implicará aumento da dívida sob a ótica do setor público consolidado (União, estados e municípios), uma vez que, segundo o relator, a União assumirá dívidas que antes tinham os estados.

Ex-presidente acusa os Estados Unidos de usarem Argentina para tentar desestabilizar o comércio no Cone Sul

# Sarney: temos de ser firmes ante os EUA

Ex-presidente da República e do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) fez ontem uma análise dos recentes gestos diplomáticos dos Estados Unidos em relação ao Brasil, sustentando que aquele país decidiu desestabilizar o Mercosul, escolhendo para isso o caminho mais condenável - "o da quebra do equilíbrio estratégico da região".

Sarney referia-se às iniciativas de atração do Chile e da Argentina para o Nafta (o mercado comum da América do Norte) e ao anúncio feito pela secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeilene Allbright, de que a Argentina será aceita como "sócio militar íntimo" da Otan (o Tratado do Atlântico Norte). Para o senador, toda essa movimentação está direcionada para isolar o Brasil.

O que se está fazendo ou se pretende fazer compromete o nosso futuro. Espero que o governo brasileiro seja firme e não se submeta diante de intimidações ou ameaças - declarou Sarney.

Lembrando que a América do Sul é a área mais pacífica do planeta, Sarney considerou que o governo brasileiro deve condenar energicamente o envolvimento dessa região no jogo dos blocos militares que estão sendo ressuscitados para exercícios de

hegemonia de poder. Em sua avaliação, nunca foi tão necessária a união entre Brasil e Argentina, e nada foi mais valioso nos últimos tempos que o fato de os dois países intensificarem sua parceria comercial.

No entender do senador, contudo, o governo dos Estados Unidos - "não o povo" - já conseguiu lançar a discórdia na região. Advertindo que a condição de membro da Otan assegura à Argentina o acesso a armas de última geração, ele disse que o presidente Carlos Menem está sendo usado nessa política dos Estados Unidos, e comentou: "Ele, que foi tão estimado, não pode de nenhuma maneira deixar-se transformar em instrumento de divisão daquilo que construímos".

Conforme o senador, Allbright justificou a adesão da Argentina como sócia da Otan argumentando que se trata de um gesto simbólico. Sarney afirmou que, em política externa, os símbolos sempre consistem em decisões e sinalizam procedimentos. "Basta lembrar que foi também um gesto simbólico que transformou Israel em aliado preferencial dos



Sarney: alerta aos EUA

Estados Unidos", exemplificou.

Ele considerou estranho que, no momento em que o mundo vislumbra um período de paz, os Estados Unidos resolvam levantar o embargo de venda de armas para a América do Sul, autorizem a venda de aviões de última geração para o Chile e considerem a Argentina membro não participante da Otan. Ante a alegação de que a Argentina faz parte das missões de paz da ONU, Sarney disse que o Brasil faz o mesmo em diversos países em situação de conflito.

Para José Sarney, "o que está em jogo é a soberania do Brasil, ameaçada pelas ações que os Estados Unidos promovem deliberadamente na região".

O senador acha que todas as negociações sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) devem ser suspensas e que o Brasil deve pedir aos EUA explicações sobre o significado de haver agora sócios da Otan no Cone Sul. "O que significa isso, qual o simbolismo desse gesto?", questionou ele.

## Um discurso apoiado com veemência

Durante o discurso, o senador José Sarney concedeu cinco apartes, todos apoiando o discurso.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apontou o alto significado do alerta, dizendo que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa ter uma conversa franca com Carlos Menem para esclarecer o assunto.

Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que a economia da Argentina depende visceralmente da economia brasileira, visto que um terço das exportações daquele país se destinam ao Brasil. Confor-

**Senadores reconheceram, em apartes, a autoridade de José Sarney como ex-presidente da República e criador do Mercosul**

uma nova etapa nas relações Brasil-Argentina, com a criação do Mercosul, um mercado que veio modificar o perfil da região. Ele disse que as

palavras do ex-presidente expressavam o sentimento de todo o Senado.

O senador José Serra (PSDB-SP) lembrou que o Brasil fez grandes concessões com a criação do Mercosul, daí ser inexplicável a iniciativa das manobras diplomáticas que situam a Argentina em oposição ao Brasil. Roberto Requião (PMDB-PR) disse que é essa postura corajosa que diferencia Sarney dos governantes que o sucederam. E o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou que, com esse alerta, Sarney presta um relevante serviço à nação.

*Projeto aprovado pela CCJ prevê, no caso de recusa do veículo em atender ofendido, ação judicial com prazos reduzidos, multa diária e até fechamento do órgão de comunicação*

## Direito de resposta poderá ter rito especial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que garante rito especial ao direito de resposta a ofensas veiculadas pela mídia. A proposição será agora encaminhada à Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja examinada pelo plenário do Senado.

De acordo com o texto aprovado, a resposta a ofensas divulgadas em veículo de comunicação social observará os seguintes parâmetros: se na imprensa escrita, as mesmas dimensões da matéria que a originou; se por imagem, a duração da matéria original, acrescida de dois minutos; se por som, a dura-



Requião (D) justifica o projeto, durante a reunião presidida por Bernardo Cabral

ção da matéria original, acrescida de cinco minutos. O ofendido poderá requerer que a resposta seja publicada no mesmo dia da semana, horário e espaço em que o foi a ofensa.

O projeto estabelece que o pedido de resposta será encaminhado diretamente ao veículo de comunicação e se não for divulgada a resposta em sete dias, a contar do protocolo do

requerimento, caberá ação judicial.

Após ouvir o veículo de comunicação em até 48 horas, o juiz conhecerá do pedido liminarmente e fixará a data para a publicação da resposta, em prazo não superior a dez dias. Se a determinação judicial não for cumprida, o mesmo juiz fixará multa, em favor do ofendido, em valor correspondente a 1% ao dia do faturamento

bruto verificado no balanço do ano anterior do veículo, atualizado o valor da condenação. Persistindo a recusa, após 10 dias da determinação judicial, o mesmo magistrado determinará o fechamento do órgão de comunicação enquanto durar a recusa.

Se a divulgação da ofensa tiver ocorrido em cadeia de rádio, televisão ou na imprensa escrita para mais de um estado, a resposta será de igual forma e alcance. A resposta não custará nada para o ofendido.

Ao projeto original foram incorporadas duas emendas do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e uma do senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Em seu parecer, Alcântara afirmou que o projeto é "oportuno e conveniente aos interesses nacionais, haja vista as ingentes demandas diante de inúmeros abusos que quotidianamente se verificam em relação à matéria de que trata".



Jefferson: prática impõe mudança

## Recesso em ano eleitoral pode mudar

Proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), estabelecendo que, nos anos eleitorais, o recesso parlamentar de julho será transferido para o período de trinta dias que antecede a realização do primeiro turno das eleições, também foi aprovada ontem pela CCJ. O relator da matéria foi o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) e agora a emenda seguirá para o plenário.

Na justificativa da proposta, Jefferson Péres lembrou que é prática comum a ocorrência do chamado "recesso branco", no período anterior às eleições, para possibilitar a participação dos parlamentares nas campanhas em suas bases eleitorais. Durante esse recesso, destacou o senador, há "uma completa paralisia" das atividades do Poder Legislativo.

Em contrapartida, conforme lembrou, também tem sido comum a convocação extraordinária do Congresso nos anos eleitorais, no mês de julho, para permitir a tramitação de matérias relevantes, como forma de compensação do "recesso branco", acarretando ônus para os cofres públicos.

Jefferson disse ser preciso corrigir essa distorção e afirmou estar certo de que sua sugestão contribui para o aperfeiçoamento da instituição, na medida em que facilita o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso e "caminha no sentido da melhoria da imagem da Casa junto à opinião pública".

## Proposta despolitiza indicação de juízes

A nomeação dos dois advogados que integram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será feita pelo presidente da República a partir de indicação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mediante escolha realizada em eleição por voto secreto. Isso é o que prevê emenda do relator, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovada ontem pela CCJ.

De acordo com a proposta, os advogados que farão parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) também serão nomeados pelo presidente da República a partir de indicações dos Conselhos Seccionais da OAB, mediante escolha realizada em assembleia geral, por voto secreto. A Constituição em vigor estabelece

que os juízes do TSE são indicados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e os dos TREs, pelo Tribunal de Justiça.

Ao justificar a proposta, Antonio Carlos Valadares afirmou que o seu objetivo primordial é "evitar interferência política na indicação e nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais". O autor pretendia que a nomeação dos ministros do TSE fosse feita pelo STF, e que a nomeação dos juízes dos TREs fosse feita pelo TSE. Mas o relator preferiu acolher sugestão do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), formalizada em subemenda, que mantém a nomeação nas mãos do presidente da República mas aproveita proposta de Valadares de que as indicações partam da Ordem dos Advogados do Brasil.



José Ignácio: eleição direta e voto secreto entre advogados, na OAB



Valadares: nomeações livres de interferências políticas



Comissão de Assuntos Sociais examina projetos de sua pauta

*Comissão de Assuntos Sociais aprovou o parecer sobre projeto que obriga empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes a empregar pelo menos um técnico no assunto*

## Segurança no trabalho vai a plenário

A Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto de lei da Câmara que estabelece a obrigatoriedade de as empresas que constituírem Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) contratar pelo menos um

técnico em segurança do trabalho.

O projeto também dá poderes à Cipa para, a qualquer tempo, determinar suspensão e paralisação de um ou mais postos de trabalho, na hipótese de as condições e o processo de trabalho colocarem em risco a integridade física do trabalhador. A matéria vai agora à deliberação do plenário.

Pedidos de vista formulados pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Benedita da Silva (PT-RJ) levaram ao adiamento da votação de projeto de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que estabelece normas para o tratamento medicamentoso, por meio de entorpecentes, da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas.

Pelo projeto, os pacientes acometidos de manifestações dolorosas em decorrência de neoplasias terão, de parte do Sistema Único de Saúde, tratamento privilegiado e gratuito.

Já o projeto que regulamenta os seguros-saúde, de autoria do senador Lúcio Alcântara, foi retirado de pauta pelo relator, senador Valmir Campelo (PTB-DF).

## Uso de cadáver no ensino também é aprovado na CAS

O substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece normas de utilização de cadáveres não reclamados, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico, por escolas de Medicina, Odontologia e outras relacionadas à saúde também foi aprovado na reunião de ontem da CAS.

Alcântara entende que a medida eliminará a discriminação que atinge alunos de Odontologia e de escolas da área de saúde que, por exigência curricular, necessitam do corpo ou de peças do corpo para seus estudos. Para ele, "não só o curso de Medicina estive sobre conhecimentos de anatomia humana mas, também, os de Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física e

Fonoaudiologia".

O relator considerou necessário manter a perspectiva, em primeiro lugar, das grandes diferenças quanto ao enfoque, volume e nível dos conhecimentos de anatomia necessários ao ensino e à prática das diferentes ciências e profissões de saúde. Por outro lado, ressaltou, há

*Para Alcântara, medida elimina a discriminação que atinge alunos de Odontologia e outros cursos*

que considerar a existência ou não, na região, de cursos universitários como os citados, o número de instituições de ensino que os oferecem e de alunos em cada um deles, e a relevância das pesquisas por elas realizadas.

## Seguro-desemprego e FGTS poderão ter novas regras

Projeto de autoria do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) estabelecendo normas para a concessão do seguro-desemprego e movimentação do FGTS foi aprovado, em caráter terminativo, pela CAS. A matéria irá diretamente à apreciação da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para sua votação pelo plenário do Senado.

Pela proposição, relatada pelo senador João França (PMDB-RR), o seguro-desemprego só será concedido se houver pagamento integral da indenização em decorrência da rescisão sem justa causa do contrato de trabalho.

Já a movimentação do FGTS, em decorrência de acordo, será autorizada, pelo projeto, somente mediante alvará judicial, expedido se o empregador, na

conciliação, concordar com o pagamento da multa de 40% do valor dos depósitos, em benefício do empregado.

Entende o senador João França ser necessário coibir a utilização indevida dos recursos do FGTS e a concessão, sem base legal, do seguro-desemprego. Segundo o relator, há

*Quando houver acordo para a dispensa, o FGTS só será movimentado por força de alvará judicial*

necessidade de estímulos à estabilidade nas relações trabalhistas. Não se pode deixar de reconhecer, acentuou, que muitas de nossas normas laborais colaboram para estimular a precarização e a informalidade no mercado de trabalho.

## Embaixador agradece por sessão solene

O embaixador do Líbano, Gazi Chidiac, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para tratar de detalhes da visita que o presidente daquele país fará ao Congresso Nacional e agradecer pela sessão solene que o Legislativo realizará no dia 3 de setembro, em homenagem ao presidente libanês, Elias Hraoui.

De acordo com o diplomata, seu presidente chegará a Brasília no dia primeiro de setembro. A comitiva libanesa visitará São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza, retornando no dia 10 a Beirute.



Antonio Carlos e Eliseu Padilha

## Ministro dos Transportes visita ACM

O presidente do Senado também recebeu ontem o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Foi uma "visita de cortesia", de acordo com Padilha, que esteve ainda com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Em outra audiência, o senador Antonio Carlos Magalhães recebeu o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita.

## DIA DO MAÇOM

## Homenagem à perenidade

O "Dia do Maçom" mereceu vários discursos e apartes na Hora do Expediente da sessão de ontem do Senado Federal. A sociedade, milenar e internacional, foi exaltada tanto por seus membros, "livres e de bons costumes e espiritualmente preparados", quanto pelos

propósitos ao longo do tempo, "em prol de uma vida melhor, de uma humanidade mais feliz". No Brasil, os maçons cumprem papel historicamente relevante, da Independência à emenda da reeleição do presidente, passando pela Abolição e a Proclamação da República.

## Arruda lembra defesa dos interesses nacionais

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ontem que se a Maçonaria brasileira teve papel decisivo na construção da nacionalidade, sua participação no processo de consolidação das instituições democráticas continua a ser tão determinante quanto foi no passado.

Ao discursar durante a homenagem do Senado ao "Dia do Maçom", Arruda acentuou que "falar da Maçonaria é falar sobre a História do Brasil, uma vez que essa sociedade sempre esteve na linha de frente da luta em defesa dos interesses nacionais".

Ele informou que durante a votação da emenda da reeleição foi portador de documento com assinaturas de maçons do país inteiro, dirigido ao presidente da República, considerando a reeleição um aprimoramento da democracia.

O senador disse que a Inconfidência Mineira foi organizada e deflagrada pela Maçonaria, destacando que Tiradentes e outros conspiradores contra a dominação portuguesa eram maçons. Além disso, conforme observou, o "Dia do



Arruda: seis mil maçons no DF Fico", primeiro passo para a Independência do Brasil, só se concretizou com a organização do Clube da Resistência, formado por maçons, para impedir o retorno de D. Pedro I a Portugal.

Arruda citou outros episódios na História do Brasil: Lei do Ventre Livre, Abolição da Escravatura, Proclamação da República - Deodoro era maçom - e a redação da primeira Constituição republicana na sede nacional da Maçonaria, o Palácio Lavradio.

O senador disse que no Brasil existem 1.900 lojas, com 135 mil filiados. Desses, 6 mil em Brasília, onde há 53 lojas. A Maçonaria mantém 888 creches, colégios, asilos, hospitais e entidades filantrópicas.

## Valmir: luta contra qualquer autoritarismo

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou no discurso sobre o "Dia do Maçom" que "a participação da Maçonaria tem sido decisiva na libertação dos povos, na luta contra as desigualdades sociais e principalmente contra todas as espécies de autoritarismo".

Os maçons, segundo o senador, buscam a justiça e a perfeição. "A sociedade maçônica é composta por homens livres e de bons costumes e espiritualmente preparados para se exporem aos mais elevados graus de sacrifícios em favor da humanidade, da pátria e da família", assinalou.

Valmir Campelo lembrou que a Maçonaria é sociedade milenar, movida pelo sentimento fraternal e voltada ao progresso humano. "Em todos os empreendimentos bem sucedidos, onde se colocam a liberdade e a virtude em primeiro lugar, existe uma influência dessa sociedade", acrescentou.

Ele destacou ainda o encontro maçônico "Compasso para o futuro", realizado recentemente em Brasília, no qual fo-



Valmir: sentimento fraternal ram discutidas diretrizes para o terceiro milênio e questões como privatização, Mercosul e Amazônia.

Valmir lembrou também que o Grande Oriente do Brasil, sob a direção do grão-mestre geral, desembargador Francisco Murilo Pinto, e o Grande Oriente do Distrito Federal, sob a presidência do grão-mestre João Correia Silva Filho, despontaram durante aquele encontro, mais uma vez, como lideranças em relação às potências maçônicas mundiais.

Em aparte, o senador Odacir Soares (PTB-RO) cumprimentou a Maçonaria, afirmando que "os maçons sempre estiveram presentes em todas as lutas pela afirmação da nacionalidade brasileira".



Amorim: "da UTI para necrotério"

## Amorim apela por empresa de energia de RO

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) apelou ontem à presidência da Eletrobrás no sentido de que, a exemplo do que foi feito para a recuperação da Centrais Elétricas de Mato Grosso, sejam repassados recursos diretamente à Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), ao invés de entregá-los ao governo estadual.

Ermandes Amorim disse que a Ceron "está saindo da UTI para o necrotério" por falta de investimentos. Segundo o senador, o descrédito da empresa atingiu proporções alarmantes por falta absoluta de recursos que possibilitassem investimentos no parque de produção e transmissão.



Alcântara: centenário festivo

## Alcântara registra cem anos de Limoeiro

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou ontem o início das festividades de comemoração do centenário do município de Limoeiro do Norte, no Ceará. Centro cultural de tradição, Limoeiro está às margens do rio Jaguaribe, é sede de bispado e tem "uma rede de estabelecimentos de ensino da melhor qualidade", pólo de atração de estudantes de outras regiões, disse. Alcântara ressaltou que a cidade, praticamente ao lado de Alto Santo, onde ficará o açude Castanhão, usufruirá da melhoria de vida decorrente da perenização dos rios que resultará da implantação do açude.

## Uma sociedade sempre voltada para o bem comum

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) associou-se à homenagem ao "Dia do Maçom", destacando o papel social desenvolvido pela Maçonaria junto às populações mais carentes do país. Ele disse esperar que essa luta "continue em prol de uma vida melhor, em prol de uma humanidade mais feliz e de um país talvez mais poderoso".

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a Maçonaria tem um só objetivo:

praticar o bem a qualquer custo e respeitar seu semelhante. Na opinião do senador, no atual processo de globalização, a Maçonaria, que tem membros em todos os países, pode ser ponto de equilíbrio entre o social e o econômico.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC), por sua vez, disse que o Senado cumpriu com seu dever ao enaltecer as virtudes da cidadania



Suassuna: luta pelos mais carentes

consciente, a promoção do bem comum e o permanente trabalho em prol das boas cau-

sas que caracterizam a Maçonaria e os chamados pedreiros-livres.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), na presidência dos trabalhos, também associou-se às homenagens ao "Dia do Maçom", destacando que desde criança conheceu a Maçonaria, uma vez que tem familiares membros da instituição "cujo bem maior é a dedicação à causa do bem comum e do país".

*Senador anuncia contatos com lideranças partidárias a fim de que não se altere legislação vigente, que facilita "sinalização sobre eventuais candidaturas para as eleições do ano que vem"*

## Francelino quer manter prazo de filiação

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou ontem que está mantendo contatos com lideranças partidárias no Senado e na Câmara para que seja mantida a legislação vigente no que se refere ao prazo final de filiação partidária, fixado para 3 de outubro, exatamente um ano antes das eleições de 1998.

Conforme o senador, há articulações visando reduzir esse prazo para seis meses, de modo que a data final de filiação seja prorrogada para 3 de abril. Na opinião de Francelino Pereira, como as filiações são fundamentais "para que se inicie o processo de sinalização sobre eventuais candidaturas para 1998", seria oportuno fazer uma campanha nacional sobre o prazo de filiação partidária. Em Minas Gerais, frisou, já



Francelino lamenta incidente

está sendo desenvolvida uma campanha nesse sentido por mala direta e pela imprensa.

Francelino também registrou sua solidariedade ao jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, pelos "constrangimentos" impostos por oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais. Unidos com um mandato judici-

al dirigido ao presidente do jornal, os PMs reviraram arquivos para selecionar fotos e negativos que permitissem a identificação de policiais grevistas, relatou.

O senador observou que o presidente da empresa não estava presente no momento e o procedimento legal seria aguardá-lo ou obter outro mandato, dirigido a quem estivesse respondendo pela direção do jornal.

Ao criticar o procedimento dos policiais, Francelino lembrou que sempre elogiou a corporação e, recentemente, defendeu salários dignos e meios adequados ao cumprimento de sua missão. Ele registrou manifestações semelhantes, feitas pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Américo Antunes, e pelo presidente da Associação Mundial de Jornais, Jayme Sirotsky.

## Odacir desliga-se do PFL e ingressa no PTB

O senador Odacir Soares (RO) comunicou ontem à Mesa e ao plenário seu desligamento do PFL "em decorrência da conjuntura política" de Rondônia, lamentando não poder continuar sob a liderança do senador Hugo Napoleão (PI). Este afirmou ter procurado "harmonizar a situação estadual" e destacou, sem entrar no mérito do desligamento, que a decisão "certamente foi de foro íntimo e de teor conjuntural".

Hugo Napoleão lembrou que Odacir foi um dos primeiros sete senadores a ingressar, em 1986, no PFL.

Pela liderança do PTB, o



Odacir: conjuntura regional

senador Valmir Campelo (DF) deu as boas-vindas a Odacir Soares, dizendo que ele se adaptará facilmente à nova legenda, pois "há um trânsito muito bom entre os dois partidos".



Emília aponta necessidade de coerência com a prática

## Emília já integra bancada do PDT

A senadora Emília Fernandes (RS) comunicou ao plenário do Senado que oficializou seu ingresso no PDT, em solenidade realizada ontem de manhã na sala da 2ª vice-presidente da Mesa Diretora do Senado, Júnia Marise (PDT-MG). Estiveram presentes à solenidade, entre outros, os líderes do partido no Senado e na Câmara, respectivamente, senador Se-

bastião Rocha (AP) e deputado Neiva Moreira (MA), e o presidente da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

Emília Fernandes disse que, neste fim de semana, em Porto Alegre, assinará ficha de filiação ao PDT e visitará o túmulo de Getúlio Vargas. Conforme justificou a senadora, "há cada vez mais necessidade de buscar, a partir de

uma política séria, coerência com nossa prática". O PDT, a seu ver, identifica-se com o nacionalismo e o trabalhismo histórico de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Leonel Brizola.

Júnia Marise registrou que o PDT e, particularmente, a bancada feminina do partido, se engrandece com a filiação de Emília Fernandes.

## Rocha destaca atuação política da senadora

O senador Sebastião Rocha manifestou ontem o júbilo do PDT com o ingresso da senadora Emília Fernandes no partido. Ele anunciou que no próximo dia 22, em Porto Alegre, será realizada solenidade comemorativa da filiação.

Falando em nome do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, da senadora Júnia Marise, do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) e do Bloco Oposição, Sebastião Rocha disse que Emília Fernandes elegeu como prioridade, na sua vida parlamentar, "o combate às injustiças sociais e regionais".

Na opinião de Sebastião Rocha, em dois anos de atuação no Senado, a senadora pôde demonstrar toda a sua determinação, inteligência e compromisso com o país. A seu ver, ela "enriquecerá e dinamizará o processo de debates do Bloco Oposição,



Rocha enaltece Emília

contribuindo na luta contra o neoliberalismo".

O senador fez um histórico da participação política de Emília Fernandes, destacando sua atuação como vereadora, por três mandatos, no município de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e sua eleição para o Senado com mais de um milhão de votos.

Ele lembrou que Emília Fernandes participa ativamente, entre outras, das comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

Senador afirma que bancos estatais, os maiores credores da empresa, não fiscalizaram a evolução da forma como os recursos eram aplicados

## Maldaner acusa governo no caso Encol

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou o governo federal co-responsável pela situação que culminou com a crise e provável falência da Encol. Ele informou que R\$ 400 milhões do total de R\$ 850 milhões de dívidas da construtora junto a bancos são devidos a três instituições estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banespa.

- Os bancos não fiscalizaram a evolução da aplicação dos recursos concedidos à empresa e, nessa medida, há co-responsabilidade do governo federal - reiterou.

Maldaner considerou importante frisar esse fato no momento em que a Associação de Mutuários da Encol participava, ontem à tarde, de audi-



Maldaner: apoio a mutuários encia com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Apenas em Santa Catarina, salientou o senador, a Encol tem 17 obras paralisadas, 12 delas em Florianópolis, quatro em Joinville e uma em Blumenau.

## Ademir cobra medidas contra crime financeiro

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou esclarecimentos do governo para o fato de até agora nenhum envolvido em crimes financeiros ter ido para a cadeia, apesar de promessas nesse sentido do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ademir lamentou que, ao lado da impunidade, o governo promoveu o salvamento dos banqueiros, socorrendo-os com R\$ 25 bilhões.

O senador referiu-se também a matéria publicada on-

tem no *O Globo*, intitulada "Bancos vão pedir a falência da Encol", em que é mostrada a crise da empresa e, paralelamente, o aumento do patrimônio de seus diretores. "Se o governo foi capaz de socorrer os bancos, o que fará agora com a Encol?" - questionou.



Ademir Andrade

## Carlos Bezerra sugere plano estratégico para Mato Grosso

Ao destacar ontem a criação do BNDES de uma diretoria de desenvolvimento regional, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou já ter marcado audiência para reivindicar a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento para Mato Grosso.

Para prepará-lo, o senador articulou uma reunião com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Associação dos Municípios de Mato Grosso, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado (Emater-MT) e técnicos da Embrapa. Bezerra foi apertado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

## Suassuna defende privatização de rodovias

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a privatização das rodovias como forma de melhorar as condições das estradas brasileiras. Para ele, a privatização representa um novo caminho a seguir, diante de orçamentos federais muito inferiores ao que seria necessário para normalizar os programas de expansão, melhoria e conservação de estradas.

Na opinião do senador, o papel que cabe aos governos no setor rodoviário "é o de planejar a malha, cuidar da porção não privatizada, tratar de privatizar o que for adequado e fiscalizar os entes privados que operam as rodovias".

## BC tem fiscalização falha, afirma Suplicy

Ao se referir ao resultado das investigações sobre as fraudes no Banco Nacional, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) constatou ontem que "há algo profundamente errado na maneira como o Banco Central tem exercido sua função de regulamentar e supervisionar as instituições financeiras no Brasil". A seu ver, essa percepção acarreta "graves consequências à reputação do organismo, à credibilidade do sistema financeiro e às finanças públicas".

Para Suplicy, são "notórias" as falhas do sistema de fiscalização do Banco Central. "Mas, como entender que uma fraude da dimensão da que ocorreu no Banco Nacional, que era um dos maiores bancos do país, possa ter persistido durante tantos anos, sem que o Banco Central tenha tomado conhecimento do que estava acontecendo?", questionou.

- O Banco Central continua nos devendo uma explicação das suas relações com o Nacional e outros bancos. É mui-



Suplicy quer fiscalizar o BC

to bem-vinda a sugestão do delegado do inquérito, Galileu Pinheiro, no sentido de que sejam feitas duas novas investigações: uma sobre eventuais remessas ilegais do Nacional para o exterior e outra sobre a conduta do Banco Central - considerou o senador.

Para Eduardo Suplicy, é preciso, especialmente, investigar em profundidade a responsabilidade de sucessivas diretorias do Banco Central pelos "gravíssimos" problemas acumulados no Banco Nacional e em outras instituições financeiras de grande porte durante tantos anos.

## Tuma elogia atuação da Polícia Federal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou ontem que a Polícia Federal encaminhou ao Ministério Público Federal o relatório final do inquérito que apurou as fraudes do Banco Nacional. Segundo ele, a Polícia Federal descobriu que as irregularidades eram "muito maiores" do que havia sido apurado pelo Banco Central.

- Foi um trabalho de fôlego, que exigiu do delegado Galileu Rodrigues Pinheiro e de sua equipe um esforço redobrado para entender e descobrir as falcatruas praticadas por dirigentes do extinto Banco Nacional. Foram gerados 900 volumes, com mais de 70 mil páginas - disse.

De acordo com Tuma, o inquérito revelou que o passivo a descoberto da instituição era de R\$ 9,2 bilhões, ou seja, R\$ 1,7 bilhão acima do que os auditores do Banco Central haviam apurado quando da intervenção do Nacional.

O senador informou que



Tuma: punição dos culpados

dessa investigação resultou o indiciamento de 39 pessoas, sendo todas elas enquadradas em artigos da lei do "colarinho branco" e também do Código Penal.

- É inaceitável que os responsáveis pela destruição de uma instituição financeira do porte do Banco Nacional, que durante muitos anos teve uma participação ativa na vida pública brasileira, fiquem impunes. Assusta-me lembrar que, durante dez anos, os correntistas do Nacional depositaram suas economias em um banco quebrado - salientou.